

Ata da 5ª (quinta) reunião extraordinária de 2021, da 1ª sessão legislativa da legislatura 2021/2024, realizada remotamente às 18 horas do dia 30 de março de 2021 sob a presidência do vereador Lucimar Ferreira Pinto. O senhor Presidente solicitou à senhora secretária que procedesse com a chamada inicial dos vereadores, a qual estavam todos presentes. Como houve número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Prosseguindo, o senhor Presidente solicitou a leitura dos pareceres apresentados ao Projeto de lei número 15/2021 que Ratifica protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus; medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde. O vereador Alessandro Matias solicitou vista ao projeto de lei, a qual foi deferida pelo senhor presidente. Prosseguindo, o senhor Presidente solicitou a leitura dos pareceres e emenda apresentados ao Projeto de lei número 14/2021 que “Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual nos vencimentos dos servidores públicos e nos subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo, e dá outras providências”. A emenda foi colocada em discussão. Com a palavra, o vereador Alcides apresentou discurso a respeito da proposição. Discursou que solicitou vistas ao projeto de lei tendo em vista a necessidade de melhores esclarecimentos em relação à referida proposta. Discursou que o município de Guanhães paga os mais baixos salários da região e que é necessário se colocar no lugar dos outros. Leu ainda parecer do tribunal de contas de Minas Gerais a respeito da competência para se promover revisão de salário e que revisão salarial é distinta de aumento entre outras informações. Discursou ainda que vota favorável à proposta na íntegra e sem a emenda. Com a palavra, a vereadora Adileila cumprimentou a todos e disse que na última reunião teve dúvidas em relação à proposição quanto a sua constitucionalidade. Procedeu com a leitura de parecer do Tribunal de Contas de Minas Gerais e disse que é favorável à proposta na íntegra sem a emenda. Com a palavra, o vereador André disse que tem a consciência tranquila em relação à proposição e que é favorável à aprovação do Projeto de Lei número 14 de 2021. Disse que devido aos baixos salários pagos pelo Município de Guanhães, muitos profissionais qualificados deixam o município e que os servidores públicos de Guanhães movimentam a economia do Município. Com a palavra, o vereador Claudiney cumprimentou a todos sugeriu que o tempo dos vereadores para se manifestar seja cronometrado para que todos tenham tempo igual para se manifestar. Disse também que no momento a referida revisão salarial não é favorável. Que há servidores que ganham baixos salários. Que não é favorável a concessão de revisão salarial para agentes políticos e que é necessário que haja bom senso. Disse que é favorável à concessão de revisão para servidores mas não para agentes políticos e que os referidos agentes aguardassem o momento propício

para revisão. Com a palavra, o vereador Evandro Lott disse o reajuste para agentes políticos não é necessário. Explicou que agentes políticos recebem subsídios e servidores recebem salários. Questionou o fato de a correção salarial não ter prestigiado os servidores da Câmara e nem os servidores do SAAE uma vez que todos estão sujeitos ao mesmo estatuto. Disse não ser contra a correção de Prefeitos e Secretários mas que os agentes políticos devem dar exemplo. Que a matéria trata-se de correção e que a concessão da mesma se justifica pelo aumento da contribuição dos servidores ao Regime Próprio de Previdência social de 11 para 14% ressaltando a importância de tratamento isonômico. Disse que os servidores do Município de Guanhães recebem o pior salário da região e que a correção beneficiará muitos profissionais como os motoristas que transportam pacientes e disse ainda que a emenda apresentada tem apenas o objetivo de retirar da proposição a concessão de correção para agentes políticos ressaltando que não é o momento de conceder correção para agentes políticos. Com a palavra, a vereadora Anídia disse que não é o momento para se privilegiar agentes políticos com reajuste salarial e se disse favorável à aprovação da emenda. Com a palavra, o vereador Osmar disse que as pessoas estão com nojo de falar de política. Disse que reajustes são concedidos através da Câmara. Que na atual situação de pandemia estão tirando proveito e que o povo é deixado de lado e se disse favorável à emenda ao projeto de lei 14 de 2021. Com a palavra, o vereador Rodrigo Bretas disse que não quer se ater a questões jurídicas e que o assunto em questão não é pacífico e que há uma enorme discussão sobre o tema e que há respaldo. Que o vereador Alcides apresentou discurso apropriado a respeito da questão mas que atualmente não é o momento apropriado para concessão de correção salarial para agentes políticos. Que todos os vereadores se surpreenderam com a apresentação da proposta pelo executivo, questionando se este é o momento apropriado para a concessão de correção para agentes políticos. Que muitas famílias na cidade passam por necessidades e que o comércio está fechado e que se a concessão da recomposição para agentes políticos é inoportuna e infeliz e que este não é o momento para concedê-la. A emenda foi colocada em votação pela sua aprovação os vereadores Barbara de Pinho Carvalho, Claudiney Ferreira dos Santos, Evandro Lott Moreira, Mauro da Conceição Neves, Maria Anídia de Paula , Osmar Gomes Fidelis e Rodrigo Pires Bretas e os vereadores Adileila Rosa de Fátima, Alcides Robson da Rocha, Alessandro Matias, André Luiz da Silva e Nilson César do Nascimento Almeida tendo votado pela sua não aprovação. O senhor Presidente defendeu a concessão de correção para secretários municipais uma vez que os seus salários são baixos e um secretário como o secretário de saúde tem muitas responsabilidades e que o salário do

secretário de obras é baixo e que o mesmo enfrenta muitos problemas e que os secretários “Pagarão o pato”. Solicitou que todas as opiniões seja respeitadas uma vez que todos votam de acordo com a sua consciência. O vereador Claudiney ressaltou que a concessão de reajuste para agentes políticos não é apropriada para o momento. O vereador Mauro disse que os secretários antes de serem empossados sabiam o quanto iam receber de subsídio e que aceitaram o emprego por que quiseram. A vereadora Bárbara se disse de acordo com a fala do vereador Mauro. O projeto de lei número 14/2021 foi colocado em votação sendo aprovado por unanimidade por todos os vereadores presentes. Encerrados os trabalhos em pauta, o senhor presidente solicitou a chamada final dos vereadores a qual estavam todos presentes. Nada mais havendo a tratar, eu secretário lavrei a presente ata que, depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes. Sala das sessões, em 30 de março de 2021.